

Sociedade civil – a caixa preta dos movimentos sociais: para entender a relação entre empresa e escola pública

Jadir de Moraes Pessoa
José Adelson da Cruz
Universidade Federal de Goiás

Resumo

Nosso objetivo é buscar apanhar os nexos e tensões que fazem governos, empresários e educadores se articularem em torno da tese de que é urgente e necessário mobilizar a “sociedade civil” para participar ativamente da “salvação” da escola pública. Por fim, apontar que esta mobilização e os programas de governos ocultam práticas que aprofundam a exclusão social, por desmontarem referências e conteúdos dos direitos sociais.

Palavras-chave: Escola. Exclusão. Movimentos sociais. Sociedade civil.

Civil society - the black box of social movements: to understand the relationship between business and public schools

Our objective is to discover the nexus and tensions that cause governments, entrepreneurs and educators to work jointly around the thesis that it is urgent and necessary to mobilize “civil society” to participate actively in the “rescue” of public schools. Lastly, to point out that this mobilization and government programs mask practices that deepen social exclusion by removing references and content relating to social rights.

Keywords: *School. Exclusion. Social movements. Civil society.*

Sociedad civil - la caja negra de los movimientos sociales: para entender la relación entre la empresa y la escuela pública

Nuestro objetivo es tratar de coger las conexiones y tensiones que hacen los gobiernos, los empresarios y educadores de articular en torno a la tesis de que es urgente y necesario movilizar a la “sociedad civil” a participar activamente en la “salvación” de la escuela pública. Por último, señalar que esta movilización y los programas de gobiernos ocultan prácticas que profundizan la exclusión social mediante la eliminación de las referencias y el contenido de los derechos sociales.

Palabras clave: *Escuela. Exclusión. Movimientos sociales. Sociedad civil.*

Notas introdutórias

Nosso objetivo é apreender como os movimentos populares, no final da década de 70, na luta pela expansão da escola pública brasileira, deram sentidos às ideias de cidadania, inclusão e sociedade civil, hoje ressignificadas e tão presentes nos discursos, documentos e práticas político-pedagógicas tanto de governos quanto de organizações sociais e dos meios de comunicação em geral. Busca apanhar – é claro, no espaço de um artigo – os nexos e tensões que fazem governos, empresários e educadores se articularem em torno da tese de que é urgente e necessário mobilizar a “comunidade”, ou a “sociedade civil”, para participar ativamente da “salvação” da escola pública. Trata-se de enfrentar um paradoxo: uma problemática tão importante e atual como a prestação de serviços e bens públicos oferecidos pela “sociedade civil” à educação corresponde a um conjunto de estudos e pesquisas ainda pequeno e, de certo modo, marginal aos dois campos do saber que aí se encontram, a educação e a sociologia.

Toda explicação acerca da virtuosidade da sociedade civil avança sobre um solo de palavras instáveis e imprecisas, e seus sentidos dependem das ideologias, dos sistemas de significações e dos interesses em disputa. De algumas décadas para cá, com a multiplicação dos conselhos de gestão e conselhos políticos – pós-Constituição de 1988 –, sobretudo com a consolidação das Organizações não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesses Públicos (OSCIPs), Economia Solidária, Movimento de Voluntários, Fundações Empresarias e Movimento Todos pela Educação, adquiriu grande visibilidade o termo “sociedade civil”, termo que, embora não seja novo, aparece também como uma das grandes referências para os educadores. Essa problemática deve ser pensada à luz das transformações políticas, econômicas e sociais dos últimos 30 anos, marcados pela globalização financeira e pela flexibilização dos direitos sociais. São mudanças que levam alguns autores a pensar que vivemos uma nova sociedade, com novos problemas, novos atores sociais, novos movimentos sociais e novas formas de participação política, que supostamente estariam evidenciando o alto grau de organização da sociedade brasileira.

Na América Latina, e em especial no Brasil, a potencialidade da sociedade civil na consolidação das diferentes associações civis toma contornos particulares, pois até 40 anos atrás era consenso entre os estudiosos a ideia de que o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa. Duas razões colaboravam para tal consenso: a primeira é que a quase ausência de sociedade civil dizia respeito ao surgimento das metrópoles, muito mais pelo êxodo rural do que por qualquer outra característica; portanto, havia pouca organização a ser analisada. A segunda é que o Estado ocupou centralidade na reflexão das décadas de 50 e 60, como o promotor do desenvolvimento econômico e, posteriormente, como o motor da modernização e o garantidor do processo de democratização, bem como o possível criador da sociedade civil.

Os anos 80 e 90 mudaram em grande parte essa compreensão, em dois sentidos opostos. De um lado, emergem os movimentos sociais e o esboço de esferas públicas e de direitos universais, mostrando uma nova capacidade política da população, naquele momento identificado como povo oprimido - momentos da história em que sujeitos sociais e políticos foram capazes de instituir espaços públicos, dar expressão aos interesses de classe e de grupos e de inscrever direitos como lutas sociais mais amplas. Por outro lado, nos anos 90, esses mesmos movimentos e organizações sociais foram invadidos pelos interesses privados de mercado, agravando, assim, a desigualdade social e encolhendo as possibilidades de construção de uma ordem social e política moderna. No fim dos anos 90, evidenciou-se que a integração política e social dos agora chamados “excluídos” enveredava por caminhos cada vez mais distantes dos padrões universais de civilidade e de cidadania, ganhando forma e corpo o que Oliveira diagnosticou com bastante precisão de “era da indeterminação”, pois

O partido político [...] não conduz, é conduzido pelas pesquisas de opiniões e de intenção de votos pela imagem. Uma dispersão de microcentros de organizações do social simulacra a sociedade civil: é uma “onguização” da política social que concorre com o Estado e com partidos políticos desde a formulação de políticas locais e focalizadas até a distribuição de alimentos. (Oliveira, 2007, p. 41)

De lá para cá, os deslocamentos de sentido e o empobrecimento das palavras só se acentuam em um quadro de participação social sem participação política. Os usos e abusos da expressão sociedade civil e de suas declinações é a confirmação disso. O apelo à intervenção da sociedade civil na questão social – no caso em discussão, na escola – é uma interpelação genérica, uma armadilha que abarca realidades e posições contraditórias. O reclame pela participação da sociedade civil é constitutivo da “confluência promíscua” de o privado orientar e limitar o sentido do público. Não é, portanto, a incorporação de valores republicanos pelo projeto neoliberal, mas a transferência da lógica de mercado para o âmbito do Estado. Assim, o que tem sido chamado de sociedade civil são as redes de organizações não governamentais, fundações e instituições sem fins lucrativos, economia solidária, redes identificadas a partir de interesses particulares e sintonizadas com a lógica do mercado, redes que aparecem na opinião pública com “o não mercado, nem Estado” – o Terceiro Setor. É claro que, em tese, todas elas podem ser, por uma ou outra razão, classificadas como sociedade civil, na medida em que se constituem em uma ideia demasiadamente empírica e se mantêm muito próximas da linguagem dos atores políticos, da academia e dos meios de comunicação social.

Na acepção de Gramsci (2000), a sociedade civil aparece como o mundo do privado e universo das organizações de interesses particulares; uma arena privilegiada da luta de classe, uma esfera do ser social em que se dá uma intensa luta pela

hegemonia, o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos coletivos de natureza voluntária, relativamente autônoma em face da sociedade política, cuja necessidade de existência é conquistar o “consenso” ativo e organizado como base na dominação. Portanto, a sociedade civil não é o “outro” da sociedade política, mas justamente com a sociedade política um dos seus inelimináveis momentos constitutivos do “Estado ampliado”.

A ideia de sociedade civil, entre nós, aparece no regime militar como um projeto político ou uma plataforma de sustentação fundamental para a oposição ao Estado autoritário, fundada nas bandeiras de democratização da sociedade, justiça social e cidadania. No plano da política, tanto no Leste Europeu – cujo termo aparece como criação do espaço público – quanto na América Latina, a experiência de transição nas quais os movimentos sociais e iniciativas de organizações foram muito ativos nos ensinou que a sociedade civil não foi capaz, por si mesma, de realizar sozinha uma mudança de regime, tanto no âmbito de uma estratégia de mudança limitada quanto no de uma estratégia revolucionária. Tal constatação nega sua virtuosidade na consolidação da cidadania plena e dos direitos.

A sociedade civil, atualmente, é tomada como campo ou conjunto de ações isoladas e autônomas da estrutura social, do Estado e do mercado, e passa a ser vista como algo neutro, a-histórico, apolítico, limitada pelo protagonismo corporativo de facções sociais e políticas, destituída de uma concepção de universalidade na superação das contradições sociais. Ou seja, é o esquecimento da política, em que os conflitos não mais alcançam a configuração de um novo campo político formado pela representatividade das classes e seus interesses. Trata-se da defesa de um modelo político que separa radicalmente a sociedade civil da sociedade política, construindo uma dicotomia simbólica entre uma sociedade civil homogênea e virtuosa e um Estado igualmente homogêneo, que encarna todos os vícios da política concebida simplesmente como mera luta pelo poder. Na prática, evidencia-se que, de fato, existem diversos projetos políticos subjacentes com um discurso aparentemente homogêneo, alguns mais orientados para a participação como forma de assegurar a governabilidade e outros que apelam ao predomínio do técnico-gerencial e da despolitização expressa. Isto porque ambos os projetos não só requerem a participação de uma sociedade civil ativa e propositiva, mas se baseiam nas mesmas referências: a construção da cidadania, a participação cívica, a responsabilidade social empresarial e a solidariedade.

Dessa forma, a linguagem corrente obscurece diferenças, dilui matrizes e reduz antagonismos, construindo assim os canais por onde passam as concepções neoliberais e seu alojamento em terrenos antes insuspeitados. Uma das consequências dessa situação é a transformação de direitos sociais em serviços definidos pela lógica de mercado e a transformação do cidadão em consumidor. Nesses termos, observa-se que as ações desenvolvidas pela sociedade civil não trazem a dimensão política contra a privatização, mas o estreitamento e a destruição dos recursos políticos e sociais que permite a uma sociedade a consolidação da

república. Trata-se de uma apropriação indevida do legado materialista histórico e dialético gramsciano por setores até mesmo do projeto neoliberal.

A escola pública e a socialização da política

Os moradores dos bairros populares, nas grandes cidades brasileiras, nos anos 70, emergem como sujeitos importantes na luta pelo acesso à escola. As associações de vizinhos, as comunidades ou a sociedade de amigos de bairros – hoje associação de moradores – consolidam-se como interlocutores frente a políticos e autoridades, reivindicando demandas diversas como moradia, saneamento e transporte, com destaque para a escola. Assim, os conflitos na esfera da reprodução social têm a luta pelo acesso à escola como central no conjunto das lutas populares que pontuam a contradição do processo de urbanização vivido pelos trabalhadores, tratado pela literatura de movimentos sociais.

A marca maior desse período diz respeito ao estreitamento das relações entre escolas e bairros que extrapolavam as dinâmicas próprias do processo escolar. Alguns autores apontaram a influência dos movimentos comunitários dos anos 80 como central nos processos que acabaram por desembocar em uma infinidade de experiências e de participação política. Evidencia-se também uma forte tendência de identificar nos movimentos sociais, a partir das práticas, representações simbólicas e políticas da década de 80, bem como, pela presença de uma rede associativa de base comunitária, a emergência da noção de sociedade civil. Essa tendência merece e necessita passar pelo crivo de interrogações críticas, especialmente porque, com frequência, acaba por despolitizar o referencial teórico que no Brasil ganhou o centro das discussões nas ciências sociais, sobretudo nas lutas contra a ditadura militar.

Pesquisas, como as de Sposito (1984), Beisiegel (1964), Paiva (1980), Campos (1982) e Gohn (1985), indicam uma maior aproximação com os movimentos populares e a luta pelo acesso à escola, destacando como figuras centrais nesses movimentos as mulheres, donas de casa e mães, as mesmas privadas de instrução que se puseram em ação. Trata-se de um processo de luta no qual tudo necessitava ser duramente conquistado: primeiro, as salas de aula, funcionando em espaços cedidos do bairro; depois, a construção provisória de barracões, o prédio definitivo; em seguida, a escola noturna; ademais, a contratação de professores e funcionários. Tudo isso foi objeto de luta, uma luta permanente para que o espaço físico fosse construído, depois para que funcionasse, para que chegasse a merenda e tudo o mais.

É de suma importância destacar que a luta e a conquista da escola no bairro possibilitou, efetivamente, a legitimação da posse da terra, consolidando ocupações e loteamentos clandestinos. Isto porque, para o pleno funcionamento da escola, é

necessário que se faça presente também a água, a luz, a coleta de lixo e a linha de ônibus, bem como a melhoria do calçamento das ruas, a segurança, e assim por diante. Portanto, a demanda por escola se articula com as demais reivindicações dos trabalhadores, expressando as contradições da urbanização capitalista. Esses elementos ligados ao caráter educativo dos movimentos merece maior aprofundamento, para apreendermos a parceria entre escola pública e sociedade civil, no século XXI.

Na academia, o reconhecimento de que estas manifestações coletivas não podiam ser facilmente incorporadas a um partido revolucionário levou a uma reinterpretação de seu sentido político. Isto porque os pesquisadores, perplexos frente às manifestações, começaram a reconhecer a urgência de olhar com mais profundidade o interior destes movimentos, para poderem, assim, descobrir sem preconceitos suas potencialidades e limitações, historicamente contextualizadas. Essa nova orientação começou a identificar os movimentos sociais como as “novas formas de fazer política”. No entanto, a centralidade do Estado, como protagonista, continuava sendo ordenadora das análises e do pensamento interpretativo. Aquele foi também o momento de repensar os movimentos sociais em outra perspectiva. Não se trataria apenas de novas formas de fazer política, mas também de novas formas de relações e de organização social, emergindo a ideia de “sociedade civil” – nesse momento entendida como movimentos –, mais do que estudos acerca da política nova. Surge, a partir daí, a noção de sociedade civil e de movimentos populares, estes como expressão daquela.

O importante naquele momento do desenvolvimento da teoria era reconhecer um campo aberto e refletir sobre as condições da vida social e política. Foi o momento em que a ofensiva ideológica e repressiva do regime autoritário teve efeitos importantes nas redefinições da relação entre o público e o privado, assim como na perspectiva interpretativa das ciências sociais. Assim, na década de 1980, produziram-se estudos centrados, precisamente, na emergência dos movimentos sociais como novos sujeitos políticos, capazes de revitalizar a ação social para além do rígido modelo prescrito pela luta de classes (Sader, 1988), e como forma política por excelência de exprimir a insatisfação de diferentes segmentos da sociedade perante a política dos militares. Em suma, os movimentos sociais foram tomados como i) sujeitos capazes de revitalizar a ação política, ii) forma por excelência de expressão das tensões entre sociedade e Estado, iii) atores fundamentais para a democratização da sociedade brasileira.

Com base nesses pressupostos, criou-se um consenso sobre as potencialidades dos movimentos, que tem conduzido, às vezes, à superestimação dos movimentos sociais como sujeito principal para a produção e reprodução da sociedade, o que contrasta com a crescente normatização e institucionalização da sua existência na vida social e política, e sua superação pela ideia de sociedade civil virtuosa.

Por sua vez, Cruz e Pessoa (2008) assinalam que o espaço da escola, no final dos anos 70, não só se instituiu como local destinado ao ensino mas também como

espaço de socialização política, lazer e celebrações religiosas. O prédio escolar foi muitas vezes o único local disponível no bairro para reuniões, festas e até mesmo para cursos de adultos organizados pelas lideranças políticas, religiosas e sindicais. Até hoje é na escola que se abrigam as vítimas das enchentes e dos desabamentos, bem como é o local de vacinação e votação nas eleições. A escola também é utilizada pelas imobiliárias para atrair novos moradores para o bairro. Assim, na luta pela escola há nexos e tensões que não mudam, repetem-se com novos personagens e em novos espaços. Há uma parte da reivindicação que se alarga, incluindo novas demandas que se somam às anteriores, percorrendo às vezes caminhos semelhantes a outras mais antigas. Vale dizer que a reivindicação que hoje se registra pela educação superior se assemelha àquela que existia pelo ensino primário, ginásial e secundário, em décadas anteriores.

Em regra, nos debates da pedagogia predominavam os mesmos princípios que norteavam as lutas e organizações dos trabalhadores que reivindicavam autonomia frente ao Estado. Portanto, fazia-se urgente a necessidade de tirar o excessivo controle da escola das mãos do Estado, visando a que a educação formal pudesse exercer seu papel na construção de uma sociedade “mais justa e igualitária”. Para tanto, as escolas deveriam construir um projeto pedagógico autônomo e articulado com as lutas políticas, como forma de romper com o tecnicismo, o racionalismo, a divisão técnica do trabalho – separação entre quem pensa e quem executa –, em resumo, acabar com a fragmentação do conhecimento.

Nesse sentido, gestão escolar, conselho escolar, eleição de diretores e projeto político-pedagógico aparecem como possibilidades efetivas de se romper com a tradição centralizadora, burocratizada e antidemocrática de administração, planejamento e avaliação no âmbito educacional. A partir da década de 90, gestão escolar, conselho escolar, eleição de diretores e projeto político-pedagógico, endossados por formação de professores, currículos e avaliação, são temas muito presentes na educação, margeando especialmente os campos ligados às políticas educacionais e à legislação educacional. Cabe refletir acerca da relação entre as demandas pautadas pelos movimentos sociais para a escola e suas materialidades nas políticas e legislação educacional dos anos 90, objetivando discutir as ideias de democracia, de qualidade e de cidadania predominantes hoje na atuação de gestores, professores, técnicos administrativos, alunos e pais.

Ao mesmo tempo em que a luta pela escola ganhava corpo e forma na sociedade brasileira, nos anos 80 as esferas privada e pública se confundem nessa prática, e aos poucos lideranças vão-se afirmando e articulando-se para além das fronteiras dos bairros. Há uma rejeição às práticas clientelistas, o que não quer dizer que não se jogue com o interesse de alguns políticos e autoridades, quando isso é julgado útil. Nesse percurso, a reação da população à falta de vagas e à precariedade das escolas manifesta-se tanto em movimentos dirigidos ao Estado como também na adesão a programas de mutirão, quando os pais colaboram com trabalho voluntário nas horas de folga. Vários tipos de autoajuda – mutirões,

campanha para angariar fundos, organização de creches comunitárias, escolas conveniadas – possibilitaram, por um lado, o desenvolvimento de uma nova cultura política entre os participantes, o que contribuiu para reforçar a identidade coletiva e, portanto, para o processo mais geral de conquista dos direitos políticos e sociais. Por outro lado, o conceito de sociedade civil, aos poucos, perde sua dimensão política, reduzindo-se à participação social induzida por uma infinidade de interesses particulares.

A vitória da oposição em algumas capitais, nos anos 80, abriu espaços para as participações “comunitárias”, e novas propostas no campo organizativo e pedagógico foram implementadas pelas chamadas Administrações Democráticas do Campo Popular, bem como a organização sindical de trabalhadores da educação. Isso ocorreu em várias situações, visando atender as demandas populares nas gestões do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Podemos citar como exemplos a luta por uma escola de qualidade; a luta por creches e depois educação infantil; a luta por eleição direta para diretores das escolas públicas, naquele momento como ato indispensável para a construção de um projeto democrático de escola, assim como a criação dos conselhos e a gestão participativa, bandeiras de luta reconhecidas na Constituição Federal de 1988.

Na base dessa nova dinâmica, localizava-se a crise do modelo comunitário, forjado pela ação católica, frente à emergência de um modelo mais institucional e propositivo do novo associativismo e maior estreitamento com os aparelhos de Estado. Consubstancia-se, com base nessa concepção, a cooptação do movimento social – de caráter institucional e temático – e, conseqüentemente, a maior especificidade de ações e o descolamento da ação social e política para o campo da gestão. Nesse percurso, efetivou-se o fim da era dos movimentos sociais e o aprimoramento das relações entre ONGs, Estado e conselhos gestores nos diferentes campos das políticas públicas.

[...] os movimentos sociais se atiraram na tarefa de formalizar as estruturas de gestão pública participativa conquistadas na Constituição de 1988. Mas, a partir das estruturas criadas e com a eleição de Lula (o ícone do ideário dos anos 80), suas lideranças subsumiram à lógica do Estado. (Ricci, 2010, p. 15)

Hoje, os movimentos sociais estão “amarrados”, motivados ou premiados pelas exigências constitucionais, pelos convênios com órgãos federais, como o Ministério Público, os vários mecanismos de gestão participativa na deliberação de políticas locais. Os movimentos sociais estão todos nesses conselhos e nas novas estruturas de gestão pública. Ao ingressarem no mundo e na lógica do Estado, poderiam construir uma nova institucionalidade pública. Porém, foram engolidos pela lógica da burocracia pública. Desse modo, a sociedade civil passou a ser organizações executoras de bens e serviços sociais.

Origens e sentidos da sociedade civil brasileira

Para Costa (2002), a difusão do conceito de sociedade civil no Brasil coincide com a resistência ao regime militar e a chegada das ideias de Gramsci, ocupando nesse contexto uma função mais propriamente político-estratégica que analítico-teórica, conforme desenvolveu Gramsci. “A utilização da expressão civil nesse caso remete-nos ao sentido coloquial do termo, como não militar, estabelecendo uma linha divisória entre a sociedade (civil) e o Estado (militar)”. (Costa, 2002, p. 55) Disso resultou uma primeira leitura problemática do conceito de sociedade civil em Gramsci – relação dialética sociedade civil e sociedade política, “uma unidade na diversidade” –, que passou a assumir traços de uma dicotomia radical marcada pelo maniqueísmo. Assim, a sociedade civil passou a ser identificada como a oposição ao regime militar, e o Estado era a expressão da ditadura. Nesses termos, não cabiam especulações sobre a existência de uma sociedade civil no Brasil. Buscava-se um marco conceptual capaz de dar suporte à organização da resistência contra os militares. (Weffort, 1988)

No período militar se articula teoricamente uma linha marxista de interpretação do conceito de sociedade civil, fundada no pensamento de Gramsci: sociedade civil entendida como a “trama privada do Estado”, espaço onde estão situados “os aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, os organismos de participação voluntária, baseados no consenso, e não na coerção. Para Carlos Nelson Coutinho (2006, p. 35)

[A sociedade civil é] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.

Paralelamente, elabora-se uma concepção de sociedade civil de cunho liberal, bastante em uso hoje, a partir de uma apropriação indevida do pensamento gramsciano. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2006), em grande parte da intelectualidade a leitura de Gramsci foi combinada com uma recepção acrítica do liberal Norberto Bobbio, muitas vezes apresentado como a “correta” teoria gramsciana, como se não houvesse contradições de fundo entre esses dois autores. Constitui-se, assim, no limiar dos anos 80, uma influente linha interpretativa dos primeiros movimentos populares que surgem ainda sob o domínio militar e, atualmente, uma orientação teórica defensora de um suposto “terceiro setor solidarista”, tratado como “privado porém público”, jogando a questão social para a “filantropia empresarial”.

Ao longo do processo de democratização, o termo sociedade civil, recorrentemente empregado, apresentava traços conceituais muito difusos, pois se tratava de um conceito genérico, que incorporava desde as organizações

de base, as organizações de profissionais liberais, até a igreja progressista, passando pelo então chamado “novo sindicalismo”, por setores do empresariado progressista e até partidos políticos. Ou seja, foi a expressão de toda a oposição ao regime militar. No decorrer da “redemocratização”, a diferenciação interna da sociedade civil tornou-se mais evidente, com um conjunto múltiplo de demandas e de interesses de suas diferentes organizações – mulheres, trabalhadores, empresários, clero, jovens, negros, ecologistas, etc. –, incompatíveis entre si. Ao mesmo tempo, contudo, percebe-se que um conjunto igualmente significativo de organizações percorre um caminho de certa maneira contrário, desconsiderando suas especificidades, assumindo funções e padrões de ação, ora próprios das instituições públicas, ora próprios das instituições de mercado. Nesse mesmo movimento, instaura-se no Brasil o neoliberalismo, espalhando a crença de que o mercado é, per se, o motor da modernização, levando muitas organizações sociais a reformularem suas diretrizes de ação – chamada de missão –, substituindo a solidariedade e a cidadania ativa pela otimização do custo/benefício de seu agir pelo social.

Por sua vez, a ação sistemática do Governo Federal, a partir de 1999, no sentido de regular suas relações com a sociedade civil instituiu a chamada Lei do Terceiro Setor, constituindo-se, assim, as OSCIPs, em tempos de reforma do Estado. Caracteriza-se, assim, a ampliação da participação da sociedade civil no Estado e o uso instrumental dessa participação no contexto das políticas de ajuste fiscal. No presente, essa confluência perversa acabou por aprofundar uma compreensão limitada e limitante da democracia, cujo conceito central é a democracia representativa como meta e fim do processo. Uma das consequências dessa situação é a transformação de direitos sociais em serviços definidos pela lógica de mercado e a transformação do cidadão em consumidor.

No campo educacional, as parcerias com a sociedade civil são marcadas pela indistinção entre público e privado. As políticas educacionais sugeridas pelos organismos supranacionais e implementadas por diferentes instâncias do Estado brasileiro têm articulado em seu discurso a tese de que é necessário mobilizar a “comunidade” ou a “sociedade civil” para participarem de forma mais ativa das ações e decisões do cotidiano escolar. Por fim, há de se considerar que existem muitos grupos de interesse que têm obtido enormes vantagens ao drenar, do alto do sistema educacional, grandes somas de recursos que supostamente deveriam beneficiar as unidades escolares, a exemplo das ONGs, dos *lobbies* das editoras de livros didáticos, das tecnologias de informação, do transporte escolar, do contrato de terceirização de serviços, de uma infinidade de convênios e parcerias, dos fornecedores de merenda escolar. Todos ilustram com eloquência esse fenômeno, atualmente chamado de parceria entre público e privado. Enfim, é necessário dizer que os limites observados na educação hegemônica pelo liberalismo não sufocam completamente as possibilidades de luta pela superação do atual modo de lidar com os bens e serviços públicos, havendo espaços e condições para se

desenvolverem ações pedagógicas emancipatórias e, portanto, de superação do atual estado das coisas.

Para Paoli (2002), as imposições econômicas, as heranças culturais e os interesses particulares talvez nos ajudem a entender a importância do surgimento relativamente recente de uma assim chamada “sociedade civil” que, primeiramente através de movimentos populares politizados e, depois, de organizações não governamentais profissionalizadas, deslocou o ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social.

Se o caminho aberto pelos movimentos sociais era fortemente politizado e implicava a demanda direta da população carente organizada por bem público, o caminho das ONGs opta por representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos dispensando a base ampliada da participação popular. Desse modo, diferentes práticas de responsabilização e compromisso desenham um conflito potencial que diferencia internamente as múltiplas organizações que constituem a emergência daquilo que se entende por sociedade civil no Brasil, e que tendem a se tornar critérios cada vez mais presentes no debate sobre seu sentido. (Paoli, 2002, p. 378)

De outro lado, é visível que esta mobilização e os programas de governos ocultam as práticas que aprofundam a exclusão social e desorientam politicamente a própria sociedade brasileira, além de ocupar vantajosamente, em termos de seus interesses particulares, o próprio espaço que abre como ação civil para um setor social focado.

A substituição dos movimentos sociais pela ideia de sociedade civil no Brasil está diretamente ligada à substituição da ideia de deliberação participativa ampliada sobre os bens públicos, pela noção de gestão eficaz de recursos sociais, cuja distribuição é decidida aleatória e privadamente. As redes sociais em harmonia com o Estado, ao mesmo tempo em que manipulam e manejam os conflitos para o interior da sociedade civil, supõem que as empresas e as entidades sem fins lucrativos possam combinar-se e atender às necessidades pontuais e localizadas dos grupos mais vulneráveis, objetivando com isso quebrar a espinha dorsal dos espaços organizativos das classes subalternas. Trata-se da construção de um “discurso sem opositores”, no sentido que se afirma como uma dessas “causas generosas” que suscitam, *a priori*, a simpatia de todos – salvar a escola, o planeta, as crianças, etc. Nesse caso, são práticas que desmancham a referência pública e política para equalizar as injustiças sociais.

Com a consolidação do neoliberalismo, imediatamente a aspiração de autonomia pública dos movimentos sociais tomou gradativamente a forma de organizações públicas não estatais. Às novas instituições corporificou-se a noção de “sociedade civil” e diluíram-se variavelmente as linguagens dos conflitos, a visibilidade das lutas populares e as utopias republicanas. É neste contexto de simultaneidade

entre a redução de políticas públicas voltadas para a promoção das garantias dos direitos sociais, de um lado, e a abertura do espaço às ações sociais privadas, de outro, que se pode entender os alcances e limites da noção de sociedade civil. Este movimento gestou novas interpretações acerca do Estado, antes entendido como inimigo, com o qual se tinha uma relação de confrontação, para o entendimento do Estado como uma instituição com a qual se pode e se deve cooperar. Dessa forma, a sociedade civil, em sua heterogeneidade organizacional, perdeu o sentido e o campo de crítica, e emerge apenas com a cooperação em que cabe todo o tipo de associações civis, entendidas como organizações privadas para a ação pública. Com efeito, tal metamorfose efetiva a despolitização das relações entre a sociedade e o Estado, já que o conflito desaparece da cena pública. (Dagnino, 2006)

No campo das identidades coletivas e suas representações, as associações civis passaram a se denominar representantes da sociedade – caso das ONGs e fundações privadas –, isto porque o Estado passou a lidar institucionalmente com uma representação “oficial” da sociedade civil. Desse modo, crescem as formas como os atores sociais exercem, nessas instituições, a apresentação de certos temas como educação, saúde ou interesses urbanos. E há o fato de que, em instituições como os conselhos gestores e de políticas, alguns são eleitos com o intuito de exercer o papel de representantes da sociedade civil. Trata-se da defesa de um modelo político que separa radicalmente a sociedade civil da sociedade política, construindo uma dicotomia simbólica entre uma sociedade civil homogênea e virtuosa e um Estado igualmente homogêneo, que “encarna” todos os vícios da política, concebida simplesmente como mera luta pelo poder e “ineficiente no tratamento da questão social”. Na prática, evidencia-se que, de fato, existem diversos projetos políticos subjacentes a um discurso aparentemente homogêneo, alguns mais orientados para a participação como forma de assegurar a governabilidade, outros que apelam ao predomínio do técnico-gerencial e da despolitização expressa.

No plano internacional, as teorias dos movimentos sociais foram convertendo-se paulatinamente em teoria da sociedade civil. As críticas recebidas mais às evidências empíricas de burocratização do ativismo social aprofundaram a crise da distinção entre novos e tradicionais movimentos. A teoria deixou de associar a inovação a um sujeito para atrelá-la à ideia de sociedade civil. Nessa nova acepção, a sociedade civil não é Estado, nem mercado, nem a esfera privado-íntima. Da sociedade civil nascem demandas por autonomia não referidas nem ao poder político-institucional, nem a benefícios materiais, nem ao autointeresse, mas à consolidação de um novo civismo. A conjunção entre a teoria do espaço público, que já estava em Habermas e Arendt, com a de sociedade civil, recuperada por Touraine, foi cristalizada na obra de Cohen e Arato (2000), que na Europa e nos EUA virou referência na década de 90. Esse novo espaço tornou-se o tema principal dos herdeiros da teoria dos movimentos sociais, que se deslocaram massivamente

do estudo de movimentos sociais para o da sociedade civil. Conseqüentemente, verifica-se uma profusão de trabalhos empíricos não mais sobre o ativismo, mas sobre participação social, democracia deliberativa e seus correlatos.

No Brasil, a teoria da sociedade civil herdou a hegemonia dos pesquisadores dos movimentos sociais, orientando estudos acerca da autonomia dos atores da sociedade civil em relação às instituições políticas “tradicionais” e de inovações políticas na participação dos atores sociais em arenas decisórias e em experiências de democracia deliberativa dos conselhos de políticas e de gestão (Costa, 1994; Avritzer, 1994; Alvarez; Escobar; Dagnino, 2000). Conseqüentemente, os estudos especificamente sobre movimentos sociais caíram em desuso na virada de século. Assim, no século XXI, o debate acadêmico vem sendo marcado pelo misterioso sumiço dos movimentos sociais e pelos ritos de consagração das organizações não governamentais como fase avançada e de superação dos movimentos sociais. Nessa trama, os direitos sociais no Brasil, assim como o conteúdo do sistema de proteção social prestado pelo Estado, que foram constituídos ao longo das últimas décadas pela articulação dos movimentos e organizações sociais nos anos 80, foram ressignificados e acabaram por deslocar o tema da desigualdade social do âmbito da relação entre capital e trabalho para o âmbito exclusivo das características culturais com ações focalizadas aos mais vulneráveis. “O que permite a ‘inclusão’ não por direito de cidadania, mas por ser mais ‘pobre’ do que o vizinho – não garantindo, portanto, a base de igualdade necessária a uma verdadeira política social”. (Sader, 2004, p. 41)

Por sua importância empírica mais ou menos evidente na cena contemporânea e pela oferta tão generosa de teorias e definições, o tema sociedade civil aportado na problemática da cultura e da globalização é candidato de maior relevo nas discussões sobre cidadania e democracia nos próximos anos, seguido de perto pelo tema da violência. Isto porque a sociedade civil e suas funções, no que se poderia chamar de novo pacto acadêmico, variam enormemente de autor para autor, desde os que a veem como o contraponto virtuoso à corrupção do Estado, até aqueles que lhe atribuem poderes quase revolucionários, como uma espécie de nova vanguarda. Em meio aos extremos ficam aqueles que, vendo na sociedade civil potencialidades, apontam igualmente para o perigo de sua supervalorização - esta que lhe atribui capacidades que não lhe são inerentes nem passíveis de serem adquiridas. A correta definição do estatuto teórico da sociedade civil e do Estado é dos mais importantes debates ideológico-políticos da atualidade.

A escola e a sociedade civil

No que se refere à escola, já a partir de 1980 alguns estudos sobre os movimentos sociais começaram a relacionar a questão da educação aos movimentos, na tentativa

de identificar em suas lutas a preocupação com a escola, preferencialmente nas periferias urbanas. Esses estudos, porém, não chegaram a envolver a reflexão sobre a dimensão educativa dos movimentos em suas possibilidades e limites de articulação com a emergente sociedade civil. No plano teórico, a década de 80 foi também o momento em que se desenvolveu um vigoroso pensamento crítico em torno de três temáticas principais: a) a evidência da reprodução das desigualdades, sobretudo nos domínios da educação e da cultura; b) a denúncia da perpetuação da injustiça social e da exploração da força de trabalho; e c) a presença dos “excluídos da sociedade”. Em tal contexto, aparece a necessidade de atacar a “baixa qualificação”, como forma de solucionar essa problemática. A expansão do acesso à escola, pressionada pelas mobilizações sociais face ao desenvolvimento do modelo urbano-industrial, colocou a escola no centro das atenções e possibilitou a emergência de uma nova classe média, bem instruída e empregada – no ensino superior e em diferentes órgãos de governos –, ganhando força a ideia de “inclusão” pelo acesso à escola.

O pensamento pedagógico, em contato com os acontecimentos, ações e debates que disputam o sentido social e político da “exclusão”, levou à elaboração de uma noção de cidadania como método de inclusão e gestão democrática, sem estabelecer distinções analíticas claras entre o espaço público e os interesses privados, para a compreensão crítica da exclusão social e política e para a avaliação de sua dinâmica. No atual contexto econômico e político, o conjunto dessas indistinções e conceitos não permite conectar, concretamente, as políticas de desregulamentação ao empobrecimento do campo político anteriormente prometido pela ampliação da participação popular. E o aprofundamento das desigualdades tem a ver com essa lógica. Aponta a gestão democrática e a escola como principais responsáveis pela cidadania, democracia e, enfim, pela distribuição de renda. Assim, a preocupação com a gestão democrática e com a administração pública gerencial se alia na busca da qualidade da educação, da eficácia e eficiência dos gastos públicos na área social. Dizendo de outra forma, o objetivo se desloca da participação da “comunidade” na vida escolar de seus filhos, para outras formas de gestão das políticas públicas, isto é, para a necessidade de reorganização da própria escola e adaptação do quadro de pessoal à lógica do mercado, no que se refere à qualidade, eficácia e eficiência.

De toda forma, buscar “salvar” a escola pública por meio das empresas, suas fundações e organizações da sociedade civil de interesse público é desconhecer que essas instituições expressam a lógica do mercado, da economia, que é o campo institucional unicamente das empresas. A problemática da coesão social não é do mercado; a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade, mas por participação e representação política. Portanto, é necessário recusar a vigente ideia de participação social e de que a sociedade civil pode arcar com as soluções para a questão social atual. A fragmentação e a dispersão das esferas públicas estimula o individualismo e, ao mesmo tempo, como diz Arendt

(2000), dá lugar a uma forma de vida determinada pela insegurança e pela violência institucionalizadas pela volatilidade do mercado. Insegurança e medo levam ao gosto pela intimidade, ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família e a vida doméstica contra um mundo hostil, ao retorno das formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião, emergindo uma “religiosidade privada”, ou seja, a busca da religião como conforto pessoal ou segurança familiar, e à adesão à autoridade política forte ou despótica. Reconhecer isto coloca a necessidade de se consolidarem os espaços públicos, fazendo com que a ideia de *res publica* ganhe as ruas: enfim, reconhecer a vida em sociedade como espaço que não pode ser privatizado.

Arremate

Vimos que, para apreender a relação entre educação e sociedade civil no “chão” da escola, é necessário assinalar o vínculo entre as diferentes associações civis e sua transformação em canais de expressões de interesses e as dimensões universalizantes que dizem respeito à consolidação dos espaços públicos e à superação das desigualdades pela consolidação dos direitos sociais. Essa questão é crucial ao pensarmos a publicização da escola brasileira pelas: a) especificidades das tradições, práticas e trajetórias das políticas sociais; b) relações entre as condições socioeconômicas, a partir das quais as desigualdades e seu recrudescimento se tornam visíveis; c) condições, práticas e formas de participação do Terceiro Setor; d) função social da escola e o sentido que as famílias atribuem à escola.

Desse ponto de vista, talvez se possa afirmar que as tensões vivenciadas na escola entre uma possível experiência de igualdade e parcerias com a sociedade civil dizem respeito aos tempos sombrios de deslocamento e esquecimento da política. Assim, apesar de todas as esperanças que foram depositadas nos mecanismos de participação, talvez seja possível pensar essas inovações como parte de um manto nebuloso de normalidade que encobre condições miseráveis de vida e acaba por interditar a política e sua reinvenção para “as parcelas que aparecem como supérfluas, descartáveis, enumeráveis, inúteis e condenadas ao isolamento e à desolação proveniente de seu encapsulamento”. (Arendt, 2000)

Sabemos que tudo isso respira os ares desses tempos de neoliberalismo “vitorioso”. Traduz o que Telles (2001) e Oliveira (1999) chamam de “ambiência social conservadora”, na qual as mudanças em curso estão sendo conduzidas e reatualizam uma pesada tradição de desigualdades e exclusões. Trata-se de uma ação política que expressa e ao mesmo tempo duplica processos muito excludentes que correm por fora do poder de interpelação de sujeitos políticos. Essa é a recente democracia brasileira: “uma sociedade civil restrita ou trucada, na qual

as práticas de representação e negociação se generalizam com dificuldades para além dos grupos mais organizados”. (Telles, 2001, p. 120)

Rey (2007, p. 365) colabora ao constatar que os discursos e práticas políticas se estruturam hoje a partir do mote “crer e fazer crer”, que dá à política consistência e fragilidade, constituindo um paradoxo. Assim, o poder utiliza a palavra para dominar, mas, para isso, necessita destituir a palavra de seu sentido originário. Em um primeiro momento, o poder busca o esquecimento das operações pelas quais uma palavra se constitui, introduzindo de forma velada outros valores. O autor acrescenta: “[...] é que a linguagem tende a impor, sem jamais dizer, uma forma de expressão que tem como único modelo o aspecto mais inconsequente da fúria”. Dessa forma, a força da palavra substitui a força da coisa, da ideia, do fato; e quanto mais realidade falta à coisa, mais a palavra é necessária para compensar - “reino da violência artificial”. Assim entendemos a parceria entre educação e sociedade civil.

Referências

- ALVAREZ, Sônia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ARENDETT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Ação política e expansão da rede escolar: os interesses eleitorais do deputado estadual e a democratização do ensino secundário no estado de São Paulo. *Pesquisa e planejamento*, São Paulo, n.8. 1964.
- CAMPOS, Maria M. Malta. *Escola e Participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1982.
- COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Sociedade civil y teoria política*. Mexico; F.C.E. 2000.
- COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- CRUZ, José Adelson da; PESSOA, Jadir de Moraes. Animal de muitos donos: cultura política e gestão escolar. *Revista Educativa – UCG*. v. 11 n 2. Goiânia, 2008.
- DAGNINO, Evelina.; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (Org). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. *Cadernos do*

Cárcere, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PAOLI, Maria Celia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REY, Jean-Michel. O império das palavras. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

RICCI, Rudá. *Lulismo: Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *O retorno do actor: ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1978.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1988.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado em janeiro de 2013

Jadir de Moraes Pessoa é doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG e membro do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFG. Email: jadirpessoa@hotmail.com.

José Adelson da Cruz é doutor em Educação pela Unicamp, professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG, e membro e subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFG. Email: jadelsoncruz@uol.com.br.
